

20. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATOS - CONCURSO PÚBLICO - CPE.23.21.DMOSM - EMPREITADA "EU JÁ PASSO AQUI":

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para aprovação do projeto e abertura de concurso público, por lotes, para execução da empreitada **"EU JÁ PASSO AQUI!"**, bem como aprovação de todas as propostas constantes da proposta de abertura de procedimento de formação de contrato que se anexa.

Tem informação circunstanciada da DMOSM.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.

O Diretor do DOM,

2021/07/08Remeta-se ao Sr.
Presidente.

A Diretora da DMOSM,

2021/07/08

Despacho:

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

21/07/08

ORGÃO CONTRATAR: PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE
FORMAÇÃO DE CONTRATOS – CONCURSO PÚBLICO:

CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.23.21.DMOSM

Empreitada de "EU JÁ PASSO AQUI!"			
Vocabulário Principal, CPV	LOTE:	PREÇO BASE:	PRAZO MÁXIMO EXECUÇÃO:
45432110-8 Obras de pavimentação	LOTE 1	€ 876.344,85	150 dias
	LOTE 2	€ 924.624,77	150 dias
	LOTE 3	€ 483.228,04	150 dias
	LOTE 4	€ 732.396,92	150 dias
	LOTE 5	€ 770.646,46	150 dias
	LOTE 6	€ 1.219.497,79	180 dias

Entidade adjudicante: artigo 2.º, n.º 1, alínea c), do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Escolha do procedimento: artigo 19.º, n.º 1, alínea b), do CCP.

Decisão de contratar e autorização da despesa: artigo 36.º e artigo 38.º, ambos do CCP;

Tramitação Procedimental: artigos 130.º a 148.º, todos do CCP.

FUNDAMENTAÇÃO PARA A NECESSIDADE DA OBRA:

O projeto “Eu Já Passo Aqui!” pretende afirmar-se no Município de Braga como uma ação de melhoria da qualidade de vida na cidade, iniciando um percurso assertivo de transformação que, assente nos conceitos de **EDUCAÇÃO, INCLUSÃO, INOVAÇÃO, INTELIGÊNCIA e SEGURANÇA**, irá dotar Braga de ótimas condições para a mobilidade pedonal.

Este projeto surge a partir de uma proposta em âmbito de Orçamento Participativo denominada “Eu Não Passo Aqui!”, que apelava à eliminação de barreiras arquitetónicas, para assegurar um espaço pedonal mais livre, confortável e inclusivo, isto é, preparado para que pessoas de mobilidade reduzida pudessem também percorrer o espaço público sem limitações. O Município de Braga pretende dar resposta positiva a esta necessidade, atuando extensivamente nos percursos pedonais para corresponder aos preceitos essenciais à mobilidade inclusiva e, assim, obter uma malha pedonal de excelência.

É importante ter em mente que a cidade de Braga tem uma propriedade muito particular que lhe confere até um carácter excecional na região: desenvolveu-se de forma centrípeta, aglomerando com densidade significativa equipamentos, serviços, habitações e atividades económicas, de tal forma que o modo pedonal é uma forma de deslocação na cidade com grande aceitação (cerca de 1 terço das deslocações, em 2011). A isto alia-se uma topografia que, na grande maioria dos casos, não oferece dificuldades e não se apresenta como obstáculo, bem como a sua identificação como “uma das cidades mais jovens da Europa”. Com isto, a cidade reúne diversas condições, ideais para a implementação deste projeto.

Por outro lado, o Município tem presente o foco atual do planeamento da mobilidade a nível internacional, cada vez mais premente, que assenta na inversão da pirâmide modal, ou seja, na promoção da preferência de modos suaves para as deslocações diárias em detrimento do automóvel. Assim, pretendem atingir-se metas de descarbonização, que são inevitáveis no cenário mundial atual.

Neste âmbito, as alterações que se propõem neste projeto terão um papel importante uma vez que beneficiarão de tal modo a pedonabilidade da cidade, que incitarão ao

aumento da utilização deste modo de deslocação que, pelas razões já expostas, tem um potencial muito grande de adesão.

O modo pedonal é, efetivamente, o modo mais limpo, saudável e abrangente. Note-se que todos os cidadãos são peões, mesmo os que o são em trajetos mais curtos. Contudo, a par da qualificação dos canais pedonais, serão ainda tomadas medidas diversas, quer neste mesmo projeto, quer em projetos complementares, que visarão promover a acalmia do tráfego automóvel, a humanização do espaço público, a diminuição do espaço dedicado ao automóvel, a priorização dos transportes públicos e a dotação de boas condições para o deslocamento em bicicleta.

As áreas de incidência desta proposta vêm fortemente associadas a estabelecimentos de ensino ou outros equipamentos geradores de grande fluxo, englobando ainda algumas áreas que fazem sentido considerar-se pela intenção de criação de uma malha coesa e contínua, bem como áreas que têm vindo a ser alvo de sugestões e exposições de muitos munícipes.

O projeto desenvolvido contempla intervenções a diversos níveis, tal como se descreve abaixo.

1. A transformação de uma quantidade significativa de travessias pedonais, tornando-as completamente acessíveis. Para tal, irão eliminar-se todos os rampeamentos não regulamentares, na sua maioria, através da elevação da faixa de rodagem ao nível dos passeios e, em alguns casos, corrigindo a pendente dos rampeamentos existentes. Além disso, serão colocados pavimentos podotáteis em todas as travessias abrangidas, obtendo um ambiente seguro e confortável para os cidadãos cegos. A definição dos podotáteis segue recomendações da ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal). Todas as travessias contempladas irão ainda ser dotadas de um sistema inteligente de iluminação que aumentará drasticamente a sua visibilidade, tornando-as mais seguras e confortáveis para todos os utilizadores da via pública. Este sistema consiste em retroiluminação, ou seja, integrando iluminação no próprio pavimento, que alertará para a existência de peões nas proximidades e em atravessamento. Será ainda contemplada nova iluminação superior eficaz, não apenas junto às travessias, mas genericamente em todas as áreas da intervenção.

2. Nas proximidades das travessias referidas serão alargados os passeios, quando tal se revela indispensável, e os pavimentos também serão reparados e, em muitos

casos, substituídos por pavimentos mais confortáveis e seguros para os peões e, portanto, lisos, com boa aderência e regulares. Os pavimentos foram escolhidos de acordo com o existente nas proximidades de cada local, oscilando entre o lajeado de granito, o pavê e a betonilha esquartelada.

3. Todos os elementos de mobiliário urbano, tais como contentores, ecopontos, suportes publicitários, bancos, guardas, marcos de correios, bocas-de-incêndio, entre outros, que representem hoje barreiras arquitetónicas, colocando em perigo os peões que utilizam os canais pedonais, sobretudo os cegos, serão relocados de modo a desobstruírem por completo os canais pedonais ou, no mínimo, de tal forma que os mesmos fiquem devidamente alinhados com lógica e coerência, deixando assim de constituir obstáculos imprevisíveis e garantindo percursos acessíveis, com largura livre regulamentar.

4. Em diversos casos, sempre que existe uma paragem de transportes públicos nas áreas a intervencionar, propõe-se um redesenho viário que permita criar bons espaços de paragem e com zonas de espera agradáveis e bem dimensionadas.

5. Em alguns casos, prevê-se criar zonas sobrelevadas com os pavimentos dos canais pedonais existentes nas imediações, dando origem a áreas em que se pretende que a prioridade seja sempre do peão, conferindo-lhes um ambiente confortável, de tráfego automóvel reduzido e com velocidades praticadas muito baixas (10km/h), tendendo assim para as já legalmente reconhecidas Zonas de Coexistência.

6. Em algumas vias, nomeadamente na Avenida António Palha, na Rua António de Mariz e na Rua Pascoal Fernandes, serão ainda contemplados canais cicláveis, obtidos através de uma diminuição da largura das faixas de rodagem, o que abona, por um lado, à acalmia do tráfego, por meio do estreitamento das vias de trânsito e, por outro, colabora na transformação do espaço público com vista ao incentivo do uso de modos suaves de deslocação.

7. Na intervenção proposta irá ainda ser utilizada a oportunidade para corrigir e melhorar alguns sistemas de drenagem de águas pluviais existentes, estando esta melhoria em sintonia na ideia da criação de um espaço público de excelência.

Assim, encontram-se reunidas as necessárias condições para a promoção do procedimento de formação dos contratos de empreitadas de obras públicas para **“EU JÁ PASSO AQUI!”**, compreendendo **seis lotes**, cujo projeto de execução da obra apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara.

O valor acumulado dos contratos de empreitada dos seis lotes, estima-se em **€5.006.738,79 (cinco milhões, seis mil e setecentos e trinta e oito euros e setenta e nove cêntimos)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, não dispondo a entidade adjudicante de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato pretendido celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **obter autorização para a referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

1. A contratação por lotes, nos termos do artigo 46º-A do CCP, fixando-se o preço base de cada empreitada nos seguintes termos:

- **Lote n.º 1 (Largo do Pópulo e Praça do Município)** - O preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€876 344,85 (oitocentos e setenta e seis mil, trezentos e quarenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.

- **Lote n.º 2 (Rua do Comendador Santos da Cunha; Rua dos Bombeiros Voluntários; Rua do Comendador Santos da Cunha; Rua Pedro Magalhães Gondavo; Rua D. Diogo de Teive; Rua 25 de Abril, Rua Sá de Miranda; Rua Marcelino Sá Pires)** – o preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€924.624,77 € (novecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e quatro euros e setenta e sete cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.

- **Lote n.º 3 (Rua Conselheiro São Januário; Rua António Bento Martins Júnior; Rua do Taxa)** – O preço base da empreitada compreendida neste lote é

de **€483 228,04 (quatrocentos e oitenta e três mil, duzentos e vinte e oito euros e quatro cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.

- **Lote n.º 4 (Rua Martins Sarmento; Rua 25 de Abril; Rua Beato Miguel Carvalho, Rua da Restauração; Rua do Conservatório; Rua da Fundação Calouste Gulbenkian; Rua Adelina Caravana)** – O preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€732 396,92 € (setecentos e trinta e dois mil, trezentos e noventa e seis euros e noventa e dois cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.

- **Lote n.º 5 (Rua do Fujacal; Rua André Soares; Rua Américo Ferreira Carvalho; Rua Dr. Costa Júnior; Rua Álvaro Carneiro; Praceta Fernando Pessoa; Rua Pascoal Fernandes)** - O preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€770 646,43 € (setecentos e setenta mil, seiscentos e quarenta e seis euros e três cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.

- **Lote n.º 6 (Rua António de Mariz; Avenida Doutor António Palha)** - O preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€1 219 497,79 € (um milhão duzentos e dezanove mil, quatrocentos e noventa e sete euros e setenta e nove cêntimos)** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.

O preço base foi definido pela entidade adjudicante com suporte em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47º do CCP, designadamente, os custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo, com preços atualizados do mercado, adaptado e ajustado às atuais circunstâncias de mercado, melhor justificado na informação técnica que se anexa.

2. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;
- iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

3. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de **30 dias** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

4. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos:

Membros efetivos:

Membros suplentes:

5.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro suplente: Manuel Dantas.

5. Gestão do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada à Sr.ª Eng.ª a desempenhar funções na Direção

Página 7 de 9

Municipal de Obras e Serviços Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

6. Adjudicação da empreitada

A adjudicação obedecerá ao critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade ***avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar***.

7. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento n.º 60399 de 26/05/2021.

Nestes termos, **propõe-se:**

- a) Que se decida contratar o procedimento CPE.23.21.DMOSM, por lotes designado “EU JÁ PASSO AQUI!” com vista à formação dos contratos de empreitadas de obras públicas referentes aos Lote 1, 2, 3, 4, 5 e 6, nos

termos do disposto do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos e em conformidade com o supra prescrito, tudo se submetendo a aprovação superior.

8 de julho de 2021

DMOSM-DOM,